



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nº. 3/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, na qualidade de Vereadores.

Falta a esta reunião o Sr. Vereador Paulo Jorge Nascimento, cuja falta foi justificada por motivo de doença.

Conforme pedido formulado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a falta dada pelo mesmo à reunião anterior, por motivos profissionais inadiáveis.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 21,15 h.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Manifestou o Sr. Vereador António José de Brito a sua preocupação acerca da degradação do Pavilhão Desportivo Municipal, e questionou o Sr. Presidente sobre o plano cronológico da execução das respetivas obras de requalificação, formalizando o mesmo pedido com o seguinte requerimento:

“O Pavilhão Municipal de Castro Verde é um equipamento coletivo fundamental para a prática desportiva no concelho, seja no plano competitivo ou no âmbito da atividade escolar. Nos últimos anos, contudo, tem registado uma degradação evolutiva, o que tem vindo a prejudicar objetivamente as diferentes práticas desportivas ali realizadas, particularmente no Inverno.

Sabendo-se que a Câmara Municipal não conseguiu resolver este problema, apesar de sucessivamente ter previsto e inscrito uma intervenção relevante no Pavilhão em vários Orçamentos, anotamos, contudo, que o empréstimo bancário recentemente contratado pela autarquia estipula uma verba de 120.000 euros para a requalificação deste equipamento municipal.

Recomendamos vivamente que esse processo decorra com a celebridade possível e que a requalificação do Pavilhão Desportivo de Castro Verde seja concretizada atempadamente.

Neste contexto, para uma informação mais detalhada sobre o quadro de resolução deste grave problema, gostaríamos de obter **os seguintes esclarecimentos escritos nos termos previstos na alínea 2) do artigo 8º. do Regimento da Câmara Municipal de Castro Verde:**

1. Que plano cronológico concreto tem a Câmara Municipal para executar as obras de requalificação no Pavilhão Desportivo de Castro Verde?
2. Já existe projeto para a requalificação? Se sim, em que termos será intervencionada a infra-estrutura?"

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Não participou na votação o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, por não ter estado presente na reunião causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Deu o Sr. Presidente conhecimento do despacho que proferiu ao abrigo do disposto na alínea a) do nº.2 do art.º 35º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, que determinou a concessão de tolerância de ponto no dia 9 do corrente mês (dia de Carnaval) para os serviços municipais, salvaguardando-se todavia o funcionamento normal dos serviços do cemitério, do parque de campismo e dos serviços de piquete.

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Cartas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dando conhecimento dos requerimentos dirigidos ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre "Quais os planos para a concessão das infraestruturas do IP2 e IP8 que integram a subconcessão rodoviária do Baixo Alentejo?" e sobre o "Incumprimento de obrigações de serviço público de transporte em Ourique pela empresa concessionária".
- E-mails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre os seguintes assuntos:
 - ... - Pergunta feita ao Sr. Ministro do Ambiente sobre a "Ocorrência de aves necrófagas em espaços urbanos;
 - ... - Pergunta feita ao Sr. Ministro da Cultura sobre a "Redução da qualidade de receção da Antena 1 no Distrito de Beja";
 - ... - Projetos de Leis que apresentou na AR sobre a "Retoma a concessão de serviço público no regime jurídico das Estadas Nacionais (Primeira alteração à Lei nº.34/2015, de 27/4." e sobre "Impede mercantilização do abastecimento Público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos Urbanos"
- Boletim Informativo da Associação de Agricultores do Campo Branco referente ao mês de Janeiro findo.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 a 29 de Janeiro de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	761.789,73 €
Soma	1.001.667,99 €
Despesas realizadas	802.930,26 €
Saldo em 29.1.2016	198.737,73 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	55.467,58 €
Soma	263.339,77 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	56.204,16 €
Saldo em 29.01.2016	207.135,61 €

- Disponibilidades:

Caixa	35.658,46 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	367.714,88 €
Total das disponibilidades em 29.01.2016	405.873,34 €
Documentos	23.499,39 €
Total de movimentos de tesouraria em 29.01.2016	429.372,73 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 29 de Janeiro de 2016: 230.317,37 €.

2. - Ratificação da decisão do aumento dos fundos disponíveis com a utilização do saldo de Operações Orçamentais:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o seguinte despacho sobre o assunto em título:

“São considerados fundos disponíveis, entre outros, o saldo transitado do ano 2015, cuja utilização tenha sido autorizada, isto cf. determina o art.º 5º/3-a) do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho;

Consta do nosso Resumo Diário da Tesouraria, em 31 de dezembro de 2015 (doc. Anexo I), um saldo de operações orçamentais, no montante de 239.878,26 €;

Vamos lançar os compromissos certos do 1º trimestre de 2016, e ainda acrescentar a estes os transitados do ano 2015;

Naturalmente, para que fiquemos com fundos disponíveis, torna-se necessário contarmos com o saldo das operações orçamentais que transitaram do ano de 2015, face aos valores que estes representam.

Permite-nos o legislador, segundo o disposto no art.º 4º da Lei nº.8/2012, de 21 de fevereiro, a chamada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a título excecional acrescemos aos fundos disponíveis, outros montantes desde que expressamente autorizados, pelo Órgão Executivo, cf. o disposto no art.º 4º /1-c da mencionada lei;

Não é de todo possível reunir o Órgão competente em tempo real para que possamos ultrapassar o problema técnico que temos no GES;

Assim, face ao exposto, determino ao abrigo do disposto no art.º 35º/3 do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, o aumento temporário dos fundos disponíveis com a utilização do saldo de operações orçamentais, no valor de 239.878,26 €, a acrescentar aos restantes fundos disponíveis.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente, conforme acima referido.

Constitui anexo à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrito, o documento que integra a referida proposta.

3. - Apreciação e votação de proposta do pedido de autorização para a realização de despesas, logo na fase de compromisso, com novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolongam por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“A realização da despesa, logo na fase do compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica, estão sujeitos a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, isto p.f. do disposto no art.º 6º/1-c), da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

Tal situação, não dispensa que numa fase posterior, levemos ao conhecimento do Órgão uma relação onde estejam elencadas as situações que venham ocorrer, dado que no momento não temos presentes quais são.

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^a. que levemos à Assembleia Municipal a presente proposta de autorização prévia, na medida em que isso nos facilita o processo de contratação, caso venha a acontecer essa necessidade.”

Mais levamos ao conhecimento dessa Assembleia Municipal os compromissos plurianuais efetuados em 2015.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, nos casos das contratações através de concursos público, e por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, na situações das contratações por ajuste direto, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

Constitui anexo à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrito, o documento que integra a referida proposta.

4. - Emissão de pareceres prévios para a celebração renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta nº.104 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, cujo conteúdo é o seguinte:

“Considerando o disposto no art.º 75º/12, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2015, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações ou renovações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os elementos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Solicito a V.Exª, e ao abrigo do disposto no art.º 75º/5º, da LOE, parecer prévio favorável, da aquisição de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta.”

Refere-se o presente pedido de parecer prévio à celebração do contrato de aquisição de serviços de leitura dos contadores de água ao domicílio dos diversos consumidores em toda a área do concelho de Castro Verde e ainda tratamento de dados para a emissão das respetivas faturas, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 875,00/mês

Refere-se igualmente o mesmo pedido de parecer prévio à renovação dos seguintes contratos de aquisição de serviços:

- no âmbito de Auditoria Financeira às Contas do Município, com a empresa G. Marques SROC Unipessoal Ld.ª, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 9.000,00 €/ano;
- de assistência técnica, fornecimento de consumíveis (exceto papel) e peças a fotocopiadoras, com a empresa Luís Marreiros - Equipamentos de Escritório Ld.ª, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 10,000,00 €/ano.
- na área da segurança e vigilância, com a empresa Prosegur - Companhia de Segurança Ld.ª, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 9,50 €/hora, até ao limite de 20.000 €/ano.
- em regime de avença na área de apoio ao desenvolvimento económico, com Sérgio Manuel Chaveiro Gatinho, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 1.100,00 €/mês.
- na área de seguros, por concurso público, com as empresas WILLIS Corretores de Seguros Sa, pelo valor de 9.426,86 €/ano; Ponto Seguro Ld.ª. pelo valor de 9.263,00 €/ano; e Lusitânia SA, pelo valor de 12.832,13 €/ano.
- de higiene e limpeza nos edifícios municipais, com a Fundação Joaquim António Franco - Casevelimpa, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 5,95 €/hora, até ao limite de 10.000.00 €/ano.
- de remoção, depósito e desmantelamento de veículos abandonados na via pública na circunscrição do concelho de Castro Verde, com a empresa Ambitrena - Valorização e Gestão de Resíduos, por ajuste direto (regime geral), até ao montante de 5,000,00 €/ano.

- de assistência técnica e manutenção de software das aplicações informáticas, com AIR - Associação de Informática de Região Centro, por ajuste direto (regime geral) pelo valor de 13,221,19 €.
- de manutenção preventiva dos equipamentos das Estações de Tratamento de Águas nas localidades de Piçarras e Figueirinha, por ajuste direto (regime geral), pelo valor de 324,64 €/bimestral até 4.000,00 €/ano.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 75º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, por unanimidade e nominalmente, no caso da contratação através de concurso público, e por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, nas situações das contratações por ajuste direto, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração e renovação dos referidos contratos de prestação de serviços.

5. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído que concedeu a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no estabelecimento Café/Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida nº.2, em Castro Verde, desde as 23 horas do dia 22 de Janeiro até às 2 horas do dia 20 de Fevereiro, em cada dia de utilização, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Caducidade de processos de obras particulares:

Apreciou a Câmara a informação nº. 61, de Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, sobre o assunto em título, que a seguir de transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe, foram os requerentes dos processos de obras particulares números: PO nº.34/2009; CP nº.48/2009; CP 9/2011; PO nº. 14/2011; CP nº.17/2011; CP nº.21/2011; CP nº.29/2011; PO nº. 2/2012; PO 3/2012 e PO nº.12/2013, notificados a fim de se pronunciarem por escrito no prazo de 10 dias, nos termos dos artigos nºs. 12º., 100º. e seguintes do Código do Processo Administrativo, sobre a liquidação das taxas devidas e caducidade dos processos.

Foram rececionadas todas as notificações como se pode comprovar pelos avisos de receção.

Na medida que já expirou o prazo estabelecido para se pronunciarem e, nos termos do nº.5 do artigo nº. 71º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro, estão reunidos todos os requisitos para ser declarada a caducidade dos referidos processos.

A Câmara, em face da informação prestada pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente declarar a caducidade dos processos de obras acima referidos (PO nº.34/2009; CP nº.48/2009; CP 9/2011; PO nº. 14/2011; CP nº.17/2011; CP nº.21/2011; CP nº.29/2011; PO nº. 2/2012; PO 3/2012 e PO nº.12/2013, pertencentes a

Francisco Luzia Canário, Ana Filipa Gamito, Raquel Alexandra Tomé, Jacinto Francisco Mestre, Inácia Maria Oliveira, Leandro Manuel Contreiras, José Francisco Campos, LPN-Liga para a Proteção da Natureza e a Olga Paula Guerreiro, respetivamente).

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Concessão de subsídio à Diocese de Beja:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a seguinte proposta sobre o assunto em título

“Considerando que:

- O Festival Terras Sem Sombra já se encontra na preparação da sua 12ª. edição, sendo um festival com provas dadas quer pela qualidade da sua programação, quer pela componente da biodiversidade em que dá a conhecer um território que sobressai pelos valores ambientais, culturais e paisagísticos, desempenhando um importante papel na promoção a nível nacional e internacional da Região do Alentejo.
- O arranque da edição de 2016 irá ser apresentado em Madrid, com uma conferência de imprensa e, posteriormente, um espetáculo de Cante Alentejano, que conta com a participação de duas Associações de Cante do Concelho de Castro Verde, entre outros.
- Esta iniciativa envolve os Municípios parceiros do Festival, contribuindo para a promoção além fronteiras do nosso Património Imaterial e Cultural, promovendo a atração turística ao Alentejo e a Castro Verde.

Proponho a atribuição de um subsídio no valor de 950 €, ao abrigo do protocolo de colaboração entre a CMCV e a Diocese de Beja.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente relativamente à atribuição de um subsídio no montante de 950 € à Diocese de Beja para os fins acima descritos.

2. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Tendo presente a informação e a documentação formulada pela Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Amália Gonçalves Costa; Etelvina da Conceição Mendes; Florbela C. Miranda Correia Tavares; residentes em Castro Verde; Patrícia Alexandra Gonçalves Carneirinho, residente no Monte dos Aivados; e a Guilhermina Maria Afonso Ferreira, residente no Monte dos Viseus, todas no escalão A; e a Maria Colaço Gil, residente em Castro Verde, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria Natália Gomes Rosa Lourenço, residente no Monte da Sete; Manuel de Brito Pereira, residente em Entradas; Assunção Maria Brito Albino Franco Loução, residente no Monte dos Aivados; Manuel Cristina e António Ricardo dos Santos, residentes no Monte dos Geraldos, todos no escalão A; e a Maria Assunção dos Santos Guerreiro, residente no Monte dos Aivados; Maria da Piedade Rosa Baltazar e a Mariana Freitas Mestre, residentes no Monte dos Geraldos, todos no escalão B.
- Indeferir o pedido de concessão de cartão social requerido por Maria João Tomé, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento municipal.

3. - Concessão de apoios económicos aos estudos superiores:

- **Proposta da Comissão da Análise das Candidaturas:**

Foi presente a proposta formulada pela Comissão de análise e apreciação/seleção das candidaturas às Bolsas de Estudo do Ensino Superior, na qual propõe o seguinte:

- Que, a exemplo do que aconteceu com outros apoios sociais concedidos pela Autarquia, adote uma medida de fortalecimento do apoio social, indexando a exclusão das candidaturas a um valor superior a 1,7 (712,67 €) do IAS (Indexante aos Apoios Sociais), adotando temporariamente para o ano letivo de 2015-2016 a alteração à alínea a) do ponto 2 do Art.º 5º do Regulamento, a exemplo do que aconteceu na atribuição das bolsas de estudo no ano letivo anterior, e conforme deliberação da Assembleia Municipal para esse efeito.
- Que nos termos do artigo 8º., pontos 1 e 2, do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudos do Ensino Superior, que se pondere a manutenção da atribuição de bolsa à candidata Leila Feio Martins, uma vez que a mesma não teve aproveitamento escolar no ano letivo anterior mas por motivos de doença prolongada devidamente comprovada.
- Da análise do universo das candidaturas foram apresentadas as referentes a Cursos Técnicos Superiores Profissionais, um novo regime que funciona nos estabelecimentos de ensino superior, pelo que a Comissão propõe, nos termos do artigo 8, pontos 1 e 2 do referido regulamento, que seja atribuída bolsa aos alunos Manuel Duarte Peleja e João Filipe Guerreiro Tomé.

Apreciado o assunto, Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar o proposto pela Comissão em causa e submete-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

4. - Atualização de protocolos de colaboração com Associações Desportivas:

Apreciou a Câmara as propostas de atualização dos protocolos de colaboração a celebrar com o Futebol Clube Castrense, com o Futebol Clube de São Marcos da Ataboeira, com a Sociedade Recreativa e Desportiva Entradense, com o Grupo Desportivo e Cultural da Sete, com a Casa do Benfica, em Castro Verde, e com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével e a Associação 100 Trilhos, formuladas pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, tendo deliberado, por unanimidade e nominalmente, aprová-las, cujas minutas se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritas.

Não participou na apreciação e votação do protocolo de colaboração a estabelecer com o Futebol Clube Castrense, o Sr. Vereador Carlos Alberto Pereira por fazer parte dos órgãos sociais da mesma agremiação desportiva.

5. - Aprovação da Carta de Princípios da rede de Museus do Baixo Alentejo:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Rede de Museus do Baixo Alentejo (RMBA) pretende desenvolver, no âmbito do atual quadro comunitário, um conjunto de iniciativas que promovam o aprofundamento do trabalho de parceria entre os municípios parceiros da RMBA e que essas iniciativas sejam objeto de financiamento, diminuindo os encargos dos municípios nesta área e, ao mesmo tempo que maximize recursos,

tragam uma maior visibilidade ao trabalho por eles desenvolvido. Desta forma, potenciam-se as estruturas museológicas enquanto infraestruturas de carácter cultural e turístico.

Dentro do trabalho previamente desenvolvido pela RMBA até à fase de candidatura, importa estabelecer as regras de funcionamento da RMBA, consubstanciando-se essas regras na sua Carta de Princípios, documento fundamental para a sua fórmula de gestão.

Assim, e perante a necessidade de preparar um primeiro programa de intervenção que incluirá a definição gestonária da rede e a sua abertura a projetos que não sejam apenas municipais, propomos a aprovação da Carta de Princípios da Rede de Museus do Baixo Alentejo, conforme documento anexo.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a Carta de Princípios da Rede de Museus do Baixo Alentejo, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, cujo documento se anexa à presente ata dando-se por isso como aqui integralmente transcrito.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PUBLICO

Interveio o Sr. Filipe Mestre alertando para o mau aspeto que a parede do espaço envolvente do Fórum Municipal, situado na zona frontal à Escola Secundária, apresenta devido a pinturas inestéticas ali efetuadas e daí aconselhar a sua limpeza, tendo o Sr. Presidente registado a mesma recomendação.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,25 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.